

Brasília-DF, 19 de novembro de 2009.

Câmara rejeita proposta que acabaria com o foro privilegiado

IG São Paulo

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados rejeitou nesta quarta-feira o substitutivo do deputado Régis de Oliveira (PSC-SP) à proposta de emenda à Constituição (PEC), que acaba com o foro privilegiado para o julgamento de autoridades. Foram 260 votos favoráveis à matéria, 121 contrários e 31 abstenções. Para ser aprovado eram necessários, no mínimo, 308 votos a favor.

Como o substitutivo foi rejeitado, os deputados deveriam votar o texto original da PEC de autoria do deputado Marcelo Itagiba (PSDB-RJ). No entanto, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), propôs a retirada de pauta e a votação do texto principal da proposta ficou para outra ocasião. Todos os deputados concordaram com a sugestão e a matéria foi retirada de votação e deverá retornar à apreciação do plenário em data a ser marcada. O deputado Marcelo Itagiba comemorou a rejeição do substitutivo. “Espero que o meu texto só seja votado depois do julgamento dos mensaleiros pelo Supremo Tribunal Federal (STF)”. O texto de Itagiba propõe o fim do foro privilegiado para autoridades. “A minha proposta acaba com o foro e estabelece que ninguém terá privilégios nos julgamentos. Todos os cidadãos serão julgados da mesma maneira”.

O substitutivo do deputado Régis de Oliveira, que havia sido aprovado pela comissão especial que analisou a PEC, propunha o fim do foro, mas criava varas especiais nos juizados de primeira instância para o julgamento das autoridades, além disso, estabelecia que, para “evitar constrangimentos pessoal e patrimonial nos julgamentos de autoridades”, o STF deveria ser consultado pelos juízes de primeira instância em medidas cautelares como nos casos de decretação de prisão preventiva da autoridade e no sequestro de bens.

* Com Agência Brasil

Ganho a aposentados avança na Câmara

Projeto que extingue redutor de benefícios é aprovado por unanimidade em comissão e pode ir a votação no plenário

Apesar de proposta ser de petista, governo Lula deve propor alternativa menos custosa às contas públicas e quer antes votar o pré-sal

MARIA CLARA CABRAL - FOLHA DE SÃO PAULO - DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Depois de meses de discussões, os aposentados deram ontem um passo importante na Câmara, com a aprovação, na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), do projeto que acaba com o fator previdenciário (atual forma de cálculo que funciona como um redutor no valor das aposentadorias).

A proposta, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e que já passou pelo Senado, foi aprovada por unanimidade ontem, mas o deputado José Genoíno (PT-SP) já avisou que o governo deverá apresentar uma alternativa à atual forma de cálculo em plenário.

A opção mais palatável ao governo é a do deputado Pepe Vargas (PT-RS), que cria o chamado fator 85/95 -quando a soma da idade da pessoa e do tempo de contribuição precisa alcançar 85 para as mulheres e 95 para os homens, para o segurado se aposentar sem redução do benefício.

O relatório inicial de Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) na CCJ aprovava o fim do fator, mas recusava a proposta de Vargas. Para conseguir aprovar o texto ontem, Arnaldo aceitou retirar de seu parecer referências ao fator 85/95. "Sou contra o fator previdenciário e quero lembrar que ele foi criado na época do DEM e do PSDB. Por um governo que tratou os aposentados como vigaristas. Voto aqui a favor do projeto, pois o governo já está trabalhando para construir uma alternativa, uma solução para os aposentados", afirmou Genoio.

A ideia dos petistas é que o fim do fator previdenciário entre na pauta junto com as propostas sobre o reajuste dos aposentados. Por acordo entre governo e centrais, em agosto, o aumento desses beneficiários que ganham acima do mínimo seria corrigido pela variação da inflação e 50% da variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

Mas a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) questiona o acordo. Quer a aprovação do projeto do senador Paim, também já votado no Senado, que concede aos benefícios acima do salário mínimo o mesmo percentual de aumento do piso salarial. Ou seja, o reajuste seria igual à variação da inflação mais 100% do PIB de dois anos antes.

Essa proposta chegou a entrar na pauta do plenário da Câmara na semana retrasada, mas foi retirada após manobra do Planalto. A intenção do governo é voltar a discutir o assunto só depois da votação dos projetos do pré-sal. O temor é que, caso realmente começasse a ser votada agora, ela ganharia o apoio de grande parte de deputados da base aliada, que, em ano pré-eleitoral, não quer desgaste com os aposentados.

Por isso, caso fosse aprovado pelo Congresso, o projeto, que beneficia mais de 8 milhões de aposentados, provavelmente seria vetado pelo presidente Lula. O argumento do governo é que a mudança resultaria em desastre para as contas públicas, gerando impacto para a Previdência Social de cerca de R\$ 6,9 bilhões neste ano, seguindo com alta das despesas com Previdência, que chegariam, segundo deputados, a 18,1% do PIB em 2050. Em 2008, ficaram em 6,89%.

Ontem, os aposentados lotaram o plenário da CCJ e ficaram na Câmara até o final da tarde gritando palavras de ordem. Nas últimas semanas, centenas de manifestantes têm pressionado os deputados.

Pressão

O deputado Antônio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) fez uma espécie de "mea culpa" na CCJ por seu partido ter participado da criação do fator previdenciário. Disse que a ideia era que fosse temporário e servisse para evitar uma corrida atrás de aposentadorias quando a reforma da Previdência foi proposta no governo FHC.

Segundo deputados da base do governo, o PT aceitou votar a proposta ontem não só porque sabia que ia perder, mas também para não sofrer desgaste político. Depois da votação, o líder do PT, deputado Cândido Vaccarezza (SP), defendeu que o assunto seja adiado. "Esse tipo de coisa deve ser discutido pelo próximo governo, não pelo atual."

Na TV, tucanos colam blecaute à figura de Dilma

PSDB levou ao ar na terça-feira (17), em cadeia nacional de TV, inserção do partido na qual vincula ao apagão a ministra-chefe da Casa Civil e virtual candidata do PT na eleição de 2010

Agência Estado

O PSDB levou ao ar na terça-feira (17), em cadeia nacional de TV, inserção do partido na qual vincula ao apagão a ministra-chefe da Casa Civil e virtual candidata do PT na eleição de 2010, Dilma Rousseff. O filme de 30 segundos exhibe duas vezes fotos da petista, enquanto o locutor cita Dilma nominalmente.

"O apagão de energia alcançou 19 Estados (na verdade, foram 18). Deixou milhões de brasileiros sem água em casa. Adiou cirurgia em hospitais, sacrificou trabalhadores. Parou o trânsito e fragilizou a segurança de milhares de cidades. Até agora ninguém sabe o que aconteceu. Dilma se escondeu. E o governo simplesmente quer encerrar o assunto. E você, até quando vai ficar no escuro?", diz o locutor. No final, o logo do partido com o slogan: "PSDB essencial ao País que sonhamos e queremos."

O comercial, feito pelo mineiro Eduardo Guedes, compõe pacote de dez inserções diárias exibidas em quatro dias, até a próxima semana. Metade é sobre o apagão. As outras inserções serão com os pré-candidatos tucanos, os governadores José Serra (SP) e Aécio Neves (MG). As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

PONTO DO SERVIDOR – MARIA EUGÊNIA – JORNAL DE BRASÍLIA

Uma mãozinha para fazer a travessia

O Supremo Tribunal Federal (STF) acaba de lançar um projeto que deveria ser seguido por todos os órgãos da administração pública. O ministro Gilmar Mendes (foto), lançou um programa de qualidade de vida direcionado aos servidores da Casa que se aproximam da aposentadoria. Intitulado Travessia, o programa contará com palestras, oficinas e exibição de filmes relacionados ao tema e tem o objetivo de promover uma reflexão sobre a aposentadoria e seus efeitos. Segundo o presidente do STF, ações como as do projeto são uma forma de reconhecimento público a esses servidores e procuram evitar que o descanso merecido ganhe ares de castigo. "Não raro, são exatamente aos mais abnegados que o prêmio do descanso merecido transparece como atemorizante fardo, porquanto a iminência de deixarem a Casa com que tanto se identificaram – e na qual passaram alguns dos melhores momentos da vida – significa também apartarem-se de amizades cultivadas cotidianamente por décadas. O medo da solidão, o receio de enfrentar o vazio existencial pela ausência da rotina diária de trabalho muitas vezes toldam esse afastamento com as sombras da dúvida, sobretudo para aqueles que não souberam se preparar", disse Mendes.

Palestras e filmes na primeira etapa

O médico geriatra Renato Maia Guimarães proferiu a palestra de inaugural do programa, ao falar sobre os segredos da longevidade. Segundo ele, a expectativa de vida dos brasileiros aumentou três anos na última década. Homens têm expectativa de vida de 75 anos. As mulheres vivem mais, com expectativa de vida em torno de 80 anos. "Viver muito já não é segredo. O que importante, agora, é viver bem", disse. Hoje, dentro do programa, será exibido o filme As confissões de Schmidt. Na sexta-feira será realizada a palestra de encerramento desta edição do programa, que ficará a cargo do médico Marco Pólo Freitas, com o tema qualidade de vida e envelhecimento ativo. O Travessia faz parte do Viver Bem, programa de qualidade de vida do servidor do STF.

Aposentadoria especial

Uma comitiva de mulheres policiais rodoviárias federais se reuniu com a Senadora Ideli Salvatti (PT/SC) para tratar da questão relacionada à concessão de aposentadoria especial à policial mulher. De acordo com as policiais, o Projeto de Lei Complementar 275/01 que propõe a estabelecer o tempo de 25 anos de contribuição para a aposentadoria das agentes de segurança pública femininas da União encontra-se apto a ser apreciado pelo plenário da Câmara dos Deputados há sete anos, não havendo motivação justa para ainda não ter sido submetido à votação. As policiais ainda destacaram a urgência da mudança legislativa no sentido de adequar a situação da aposentadoria especial da mulher policial aos demais ramos de trabalho.

Encontro produtivo

A Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento voltou a se reunir com a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef). O

encontro girou em torno de dois temas: reabertura de prazo para inclusão na Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST) e pendências no PECFAZ (Plano de Cargos dos administrativos do Ministério da Fazenda). Sobre a reabertura de prazo para que servidores da Seguridade Social integrem a CPST, a SRH informou que está sendo feito um estudo dos impactos financeiros dessa operação. Cerca de 36 mil servidores continuam fora da carreira. A SRH se comprometeu a dar uma resposta definitiva sobre a incorporação da GAE ao Vencimento Básico do PECFAZ.

Sem direito a gratificação

Enquanto estiverem afastados de suas atividades, professores que concorrem a cargos eletivos não fazem jus a gratificações de incentivo a docência, como o biênio e a pó-degiz. Esse foi o entendimento da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que acatou parcialmente o recurso do Estado de Minas Gerais contra um grupo de professores da rede pública que se candidataram a vagas como vereadores. A decisão da Sexta Turma seguiu por unanimidade o voto da relatora do processo, ministra Maria Thereza de Assis Moura. A defesa do Estado alegou ainda que as vantagens em discussão no processo têm o propósito de estimular o professor enquanto exerce atividades docentes em sala de aula. No seu voto, a ministra Maria Thereza de Assis Moura destacou que o vencimento, definido pelos artigos 40 e 41 do Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei 8112/90), é a retribuição financeira pelo exercício de um determinado cargo. A ministra apontou ainda que "vencimentos integrais" abarcaria ainda parcelas fixas e permanentes, deixando de fora as de caráter transitório ou eventual.

Concurso interno inscreve

Estão abertas, até 15, as inscrições para o concurso interno da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro (OSTNCS). A avaliação, restrita a concursados, selecionará o spalla, solistas e concertinos. O segundo processo seletivo interno da OSTNCS será realizado no dia 21 de dezembro, de 8 às 18h, na Sala Villa-Lobos. As audições serão divididas nos seguintes grupos: Madeiras, Metais e Percussão de 8 às 12h e o grupo de Cordas de 14 às 18h. A banca examinadora será composta por três maestros. O maestro da OSTNCS, Ira Levin, também acompanhará a seleção. O cargo de spalla consiste no músico primeiro violino, co-responsável pela regência da orquestra. Já o solista preenche a primeira estante dos primeiros violinos ao lado do spalla. Por sua vez, o concertino integra a primeira estante ao lado dos solistas.

Contra relatório final

Durante a plenária nacional setorial da carreira de especialistas em meio ambiente (Cema) do MMA, Ibama, ICMBio e SFB e do Plano Especial de Cargos do MMA e Ibama (Pecma), organizada pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), a categoria decidiu não assinar o documento intitulado Relatório Final, encaminhado pela Coordenação-Geral de Negociação e Relações Sindicais (CGNRS), da Secretaria de Recursos Humanos (SRH), do Ministério do Planejamento, pois ele, segundo a categoria, em vez de valorizar a carreira, apresenta uma série de graves problemas, como propor a sua extinção. Além disto, os servidores consideram que, agora, as negociações estão no âmbito do governo, uma vez que, o ministro Carlos Minc enviou uma minuta de Medida Provisória para a reestruturação da carreira.

Sai o reenquadramento

Depois de muitas paralisações e promessas, finalmente os policiais federais conquistaram o reenquadramento da 3ª para a 2ª Classe. O texto foi aprovado pelo Ministério do Planejamento e já está com o Presidente da República, para assinatura. Segundo Cláudio Avelar, presidente do Sindicato dos Policiais Federais no DF (Sindipol-DF), "o Governo Federal finalmente cumprirá com a promessa de retificação do ato de nomeação". Em 2004, candidatos com formação superior completa, prestaram concurso público para os cargos de delegados, agentes, peritos, papiloscopistas e escrivães. Na ocasião, a Polícia Federal se dividia em duas classes distintas, além da classe especial, e a 3ª classe foi criada depois da aprovação dos candidatos que haviam prestado concurso de acordo com a lei vigente. "Portanto, os aprovados foram rebaixados", diz.

Central sindical em debate

No próximo dia 26, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central realizará um encontro para debater com os servidores públicos federais a conveniência de as entidades sindicais do funcionalismo se associarem a uma central sindical. O seminário Avançando o Sinal tem a proposta de propiciar à categoria uma visão do papel social das centrais, em uma espécie de audiência pública para a qual estão sendo convidados, além dos filiados do Sinal, os dirigentes de outros sindicatos de carreiras exclusivas de Estado. O evento será realizado no auditório do BC. O que motiva a realização do seminário é a recente Lei 11.648 que reconhece formal e juridicamente as centrais sindicais e define o seu papel social como entidades de representação dos trabalhadores.

AGU define prazo

A Advocacia-Geral da União (AGU) esclareceu entendimento sobre o prazo de prescrição das chamadas ações disciplinares, utilizadas durante processo aberto contra servidores públicos que descumprem a Lei 8.112/90. O prazo prescricional é aquele dentro do qual deve ser proposta a ação. Havendo a perda dele, a administração fica impedida de aplicar penalidades. Em 1995, diante do conflito entre a Lei 1.711/52, que tratava de infrações disciplinares, e a atual Lei 8.112/90, a AGU emitiu o parecer em que não foi esclarecido, no entanto, qual autoridade deveria iniciar o processo disciplinar para delimitar o início da contagem. Agora, a AGU estabelece que o prazo de prescrição da ação começa a correr na data em que a irregularidade se tornar conhecida pela administração pública.

Maior participação

O coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), Cosmo Balbino, pede mais espaço para os servidores na gestão da universidade, dentro da proposta de gestão compartilhada, elaborada pelo reitor ainda na época de campanha. A Reitoria abriu em 2009 a Mesa de Negociação Permanente com o Sintfub (MNPS), depois da audiência em que o sindicato apresentou ao reitor o plano de lutas aprovado no congresso da entidade de 2008.

Cronograma disponível

O remanejamento externo dos professores da rede pública do DF será na EAPE (907 Sul), entre os próximos dias 25 e 27 nos horários e salas especificados no cronograma, disponível no site www.se.df.gov.br. Nesta 2ª etapa do remanejamento externo o servidor poderá optar em bloquear carência em qualquer regional, desde que não seja aquela na qual já possua lotação. O servidor que já bloqueou carência na 1ª etapa do remanejamento não poderá participar da 2ª etapa.

Partes legítimas em polo passivo

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça mudou seu entendimento e reconheceu que o ministro da Defesa e os comandantes das Forças Armadas são partes legítimas para figurarem no polo passivo de mandado de segurança em que se pleiteia a interrupção dos descontos relativos ao Imposto de Renda efetuados nos proventos e pensões militares de anistiados políticos. A nova posição foi adotada com base em decisão do Supremo Tribunal Federal. Até então, a Seção vinha extinguindo os processos ajuizados contra as referidas autoridades, com o fundamento de que caberia ao ministro da Justiça a decisão. Mas em agosto, o STF decidiu que o ministro da Defesa e os comandantes da Forças Armadas têm legitimidade para interromper os descontos.

Polêmica chega ao Senado

Polêmica em torno da aposentadoria especial do servidor policial foi analisada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O assunto veio à tona com a aprovação de parecer do senador Valter Pereira (PMDB-MS) ao Aviso 21/09, relativo a acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre divergências na interpretação da Lei Complementar 51/85, que trata da aposentadoria do funcionário policial, pelo Poder Judiciário. A saída para esse impasse, em sua opinião, é a aprovação de projeto de lei (PLS 68/03 - Complementar) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que regulamenta o parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição Federal. O texto dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos portadores de deficiência, aos policiais que exerçam atividades de risco e àqueles que exerçam atividades que prejudiquem a saúde.

Plano de desligamento voluntário

O Banco do Brasil iniciou nesta semana um programa de desligamento voluntário dirigido aos funcionários da Nossa Caixa -adquirida pela instituição em novembro do ano passado. O plano é destinado aos altos funcionários do banco, com mais anos de trabalho e, conseqüentemente, maiores salários. A adesão vai até 30 de novembro, dia em que termina o processo de incorporação, e pode ser feita por trabalhadores em funções estratégicas ou com 15 anos ou mais de casa e acima dos 50 anos de idade. Os cargos que são alvo do plano incluem: assessor de diretoria, assistente jurídico, coordenador especialista de processos, coordenador de processos, gerentes de departamento, gerentes de divisão e gerentes regionais.

PF PRENDE 12 POR SUSPEITA DE FRAUDE DE R\$ 32 MI CONTRA PREVIDÊNCIA

A Polícia Federal em São Paulo iniciou ontem uma ação contra um grupo suspeito de fraudar a Previdência em nove Estados e no Distrito Federal. Foram presas 12 pessoas. O prejuízo, segundo a PF, poderia chegar a R\$ 32 milhões. Segundo a PF, a organização elaborava ou utilizava documentos falsos, como certidões de casamento, identidades e atestados de óbito, para obter benefícios de pensão por morte na Previdência.